

Márcia Moreira de Araújo  
Carlos Jordan Lapa Alves  
(Organizadores)

# EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



**Atena**  
Editora  
Ano 2021

Márcia Moreira de Araújo  
Carlos Jordan Lapa Alves  
(Organizadores)

# EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Educação: minorias, práticas e inclusão 2

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Vanessa Mottin de Oliveira Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Marcia Moreira de Araújo  
Carlos Jordan Lapa Alves

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: minorias, práticas e inclusão 2 / Organizadores  
Marcia Moreira de Araújo, Carlos Jordan Lapa Alves. –  
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-034-3

DOI 10.22533/at.ed.343211805

1. Educação. I. Araújo, Marcia Moreira de  
(Organizadora). II. Alves, Carlos Jordan Lapa (Organizador).  
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Neste momento contemporâneo e avassalador, que minimiza nossa potência de agir, esse livro é um “respirar leve”, e traz consigo outras possibilidades de pensar, fazer e viver a educação neste contexto que inclui e reverbera liberdades e multiplicidades do agir democrático, fora dos padrões colonizados em nossas mentes por séculos.

Inspirados em nossos estudos, temos a urgência em entender como que uma sociedade inteira não se reduz a vigilância e propõe micro-liberdades individuais e coletivas. Junto a Certeau(1994) , problematizamos neste espaço: “que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não ser para alterá-los? Que táticas e artes de fazer engendram nas tramas da vida que formam uma contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”), dos processos silenciados que organizam as micropolíticas e formam as subjetividades diversas?

Eis, portanto, nossa grande missão neste livro: propiciar momentos, debates, críticas e litigar com poderes que permeiam o campo educacional tornando-o tradicional, excludente e retrogrado. A educação do presente não pode e não deve ser desconectada da realidade social, da diversidade étnica, de gênero, religiosa e de crença que a sociedade vive. Talvez, essa seja a hora de derrubar os muros que ergueram em volta das escolas para que este lugar seja de todos e todas.

Pensar raça, gênero, sexualidade, exclusão, inclusão, feminismo, machismo e interseccionalidade no contexto escolar é obrigação de educadores e educadoras neste momento histórico no qual as bases democráticas estão constante tensão. Não cabe a escola e aos professores o papel de agente passivo, mas ações veementes e fortes a favor da luta pela igualdade, equidade e qualidade educacional para todas as crianças de todas as crenças.

Em um país onde as Casas de Leis perdem tempo propondo projetos para inibir e coibir o fazer docente, por exemplo, projeto de Lei 4893/20 que busca criminalizar professores que debatem assuntos ligados a gênero e sexualidade, a balança do poder deve agir criando reações de contrapoder: ao silêncio o barulho, a ordem a desordem, a punição a revolta. Nunca cabe a um docente o papel de submissão, mas ação, a criticidade.

Esperamos que o leitor, ou a leitora, faça produções fecundas e inventivas a partir desta proposição de textos que apresentam uma subversão no espaço educativo nos múltiplos modos de aprendizagens. Desejamos que as apostas sejam a captura do que escapa dos modos imperativos de educação, e que as possibilidades de invenção e criação reverberem na prática docente por uma educação mais condizente com o que a humanidade vem liberando como demandas sociais.

Desejamos uma excelente aventura literária e formativa!

Marcia Moreira de Araújo  
Carlos Jordan Lapa Alves

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **ENSINO HÍBRIDO: *PODCAST* COMO INSTRUMENTO AUXILIATÓRIO DE PREPARAÇÃO PARA O ENEM**

Lucas Antonio Xavier  
Bruna Carraro de Oliveira  
Chirlei de Fátima Rodrigues  
Ruanna Bourguignon Gava Ribeiro  
Luzinete Louzada Bianchi Kahowec  
Simone Vieira Sant'Anna Fardim  
José Izaias Moreira Scherrer Neto  
Luciano Carneiro Cardozo  
Unir Andrade Rabelo Júnior

**DOI 10.22533/at.ed.3432118051**

### **CAPÍTULO 2..... 15**

#### **A AVALIAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM ESCOLAS COMUNS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

Zanado Pavão Sousa Mesquita  
Marcella Arraes Castelo Branco  
Elenice de Alencar Silva

**DOI 10.22533/at.ed.3432118052**

### **CAPÍTULO 3..... 28**

#### **A DIFERENÇA COMO CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Felipe Miranda Zanetti

**DOI 10.22533/at.ed.3432118053**

### **CAPÍTULO 4..... 40**

#### **A EDUCAÇÃO BÁSICA ENQUANTO DIREITO SOCIAL: UM PANORAMA HISTÓRICO A PARTIR DAS LDBENs BRASILEIRAS**

Miguel Rodrigues Netto

**DOI 10.22533/at.ed.3432118054**

### **CAPÍTULO 5..... 54**

#### **A DANÇA COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Ana Carolina Nascimento Lira  
Roseli Fernandes Lins Caldas

**DOI 10.22533/at.ed.3432118055**

### **CAPÍTULO 6..... 65**

#### **A EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS NAS MINAS COLONIAIS: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS CONFORME O SEXO DOS TUTORES E TUTELADOS**

Leandro Silva de Paula

**DOI 10.22533/at.ed.3432118056**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>78</b>
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR	
Janaina Ribeiro Pireda Teixeira Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3432118057</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>90</b>
A LINGUAGEM ADAPTATIVA: ROMPENDO BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO	
Antonia Diniz	
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira	
César Gomes de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3432118058</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>101</b>
A NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA DO TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: POSSIBILIDADES E LIMITES	
Clarice Schneider Linhares	
Laurete Maria Ruaro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3432118059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>112</b>
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Rodrigo Parras	
Elaine Cristina da Silva Zanesco	
Márcia Aparecida Amador Mascia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34321180510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>125</b>
A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Mirna Cristina Silva Pacheco	
Cristina Maria Carvalho Delou	
Ediclea Mascarenhas Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34321180511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>133</b>
A SUBSTANCIALIDADE DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E TRANSGRESSÃO DA LGBTFOBIA	
Glauber Carvalho da Silva	
Letícia da Silva Paz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34321180512</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>144</b>
ADVOCACY, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE A TUBERCULOSE	
Raimunda Hermelinda Maia Macena	
Liandro da Cruz Lindner	
Carla Patrícia Almeida	

José Carlos Veloso Pereira da Silva  
Antonio Ernandes Marques da Costa  
Neide Gravato da Silva  
Giselle Raquel Israel  
Ezio Távora dos Santos Filho

**DOI 10.22533/at.ed.34321180513**

**CAPÍTULO 14..... 156**

**A POLÍTICA PÚBLICA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR DA SEE/SP: ANÁLISE DO CASO DA DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE TAQUARITINGA**

Paulo Cesar Cedran  
Chelsea Maria de Campos Martins

**DOI 10.22533/at.ed.34321180514**

**CAPÍTULO 15..... 166**

**AUTISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PARCERIA DOCENTE x DISCENTE**

Elizabeth R. O. Pereira  
Edicléa Mascarenhas Fernandes  
Franklin José Pereira  
Nathalia R. O. Habib Pereira  
Victor R. O. Habib Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.34321180515**

**CAPÍTULO 16..... 177**

**AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Maria Aparecida de Oliveira Lage  
Urbano da Silva Batista  
Leidiane Chaves da Cruz  
Valdeis Correa Baiense  
Lúbia Mara Carvalho Costa Teixeira

**DOI 10.22533/at.ed.34321180516**

**CAPÍTULO 17..... 190**

**AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS ESPECIAIS: IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS**

Anelise Kologeski

**DOI 10.22533/at.ed.34321180517**

**CAPÍTULO 18..... 204**

**DESAFIOS E LIMITAÇÕES ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL**

Maria do Carmo Soares de Almeida  
Susana Henriques

**DOI 10.22533/at.ed.34321180518**

<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>214</b>
CONFEÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS ADAPTADOS SOBRE PROPRIEDADES ESPECÍFICAS DA MATÉRIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Aires da Conceição Silva	
Ana Paula Bernardo dos Santos	
Ana Paula Sodré da Silva Estevão	
Anne Caroline da Silva Rocha	
Matheus Silva de Oliveira	
Thamiris Pereira Cid	
Vanessa de Souza Nogueira Penco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34321180519</b>	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>233</b>
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA	
Gilca Janiele Pereira da Silva	
Mirian Nunes de Carvalho Nunes	
Tyla Mendes Ricci	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34321180520</b>	
<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>244</b>
DIÁLOGOS ENTRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E VIGOTSKI: A MEDIAÇÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ESTUDANTE COM SÍNDROME DE ASPERGER	
Rochele Karine Marques Garibaldi	
Gabriella Carvalho Motta	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34321180521</b>	
<b>CAPÍTULO 22.....</b>	<b>260</b>
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO ALTERNATIVA À DOCTRINA DO CHOQUE	
Geziela Iensue	
Gabrielly Carvalho Alves	
Karoline Santana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34321180522</b>	
<b>CAPÍTULO 23.....</b>	<b>273</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Karina Edilaini da Silva Barros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34321180523</b>	
<b>CAPÍTULO 24.....</b>	<b>280</b>
A "EX-POSIÇÃO" NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: A COOPERAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	
Nathalia Castro dos Santos	
Edmar Reis Thiengo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34321180524</b>	

<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>301</b>
INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS DESSA PRÁTICA	
Rosangela Teles Carminati Soares	
Andreia Nakamura Bondezan	
Eliane Pinto de Góes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34321180525</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>314</b>
INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE <i>DOWN</i> : DESAFIOS, AVANÇOS E LEGISLAÇÃO	
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno	
Raqueline Castro de Sousa Sampaio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34321180526</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>328</b>
E VIVERAM FELIZES MATEMATICANDO COM O AUXÍLIO DO <i>MOUSEKEY</i> PARA SEMPRE...	
Leonice Elci Rehfeld Nuglisch	
Deise Maria Kaszewski Meneguello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34321180527</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>334</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>335</b>

# CAPÍTULO 8

## A LINGUAGEM ADAPTATIVA: ROMPENDO BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

*Data de aceite: 01/05/2021*

**Antonia Diniz**

ID Lattes: 3273257780160942

**Valdirene Nascimento da Silva Oliveira**

ID Lattes: 0526671133273062

**César Gomes de Freitas**

ID Lattes: 7425147140892912

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar os aspectos e a importância da Linguagem Adaptativa, bem como os dilemas e avanços concernentes a realidade das pessoas com deficiência na perspectiva da Educação Inclusiva. Nesse processo comunicacional que resulta na interação social e tem por finalidade promover acessibilidade manifestada em todas as áreas do conhecimento, seja, formal ou não formal, verificou-se que utilizando-se das mais variadas formas adaptativas, esta dinamicidade da linguagem multifacetada realiza-se principalmente por meio do Atendimento Educacional Especializado, indissociável da Linguagem Adaptativa. O trabalho foi realizado com base na abordagem qualitativa, relatos de experiência de uma das autoras que é pessoa com deficiência visual e por meio de pesquisa bibliográfica articulada entre as áreas de linguagem, legislação voltada às Pessoas com Deficiência e Educação Especial na perspectiva inclusiva, pois especificamente sobre linguagem adaptativa no âmbito da inclusão não foram

encontrados trabalhos científicos. Os resultados apontam que o sistema educacional ainda não proporciona um currículo acessível, adaptado e flexível. Fato que dificulta a plena participação das pessoas com deficiência em todos os ambientes da sociedade e, conseqüentemente, escolar.

**PALAVRAS - CHAVE:** Linguagem Adaptativa; acessibilidade; Atendimento Especializado.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the aspects and the importance of Adaptive Language, as well as the dilemmas and advances concerning the reality of people with disabilities from the perspective of Inclusive Education. In this communicational process that results in social interaction and aims to promote accessibility manifested in all areas of knowledge, whether formal or non-formal, it was found that using the most varied adaptive forms, this dynamism of the multifaceted language takes place mainly by through Specialized Educational Service, inseparable from Adaptive Language. The work was carried out based on the qualitative approach, experience reports of one of the authors who is a person with visual impairment and through bibliographic research articulated between the areas of language, legislation aimed at People with Disabilities and Special Education in an inclusive perspective, as specifically about adaptive language in the scope of inclusion, no scientific papers were found. The results show that the educational system does not yet provide an accessible, adapted and flexible curriculum. This fact hinders the full participation of people with disabilities in all environments of society and, consequently, at school.

**KEYWORDS:** Adaptive Language; accessibility; Specialized Service.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar os aspectos da linguagem adaptativa e sua importância para promover condições de acessibilidade ao currículo escolar, no que tange à comunicação e aquisição do conhecimento no processo de inclusão das pessoas com deficiência /DV por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), considerando os avanços alcançados, bem como a inexistência das políticas públicas afirmativas.

A escrita em tela foi realizada com base na abordagem qualitativa, relatos de experiência de uma das autoras que é pessoa com deficiência visual e por meio de pesquisa bibliográfica articulada entre as áreas de linguagem, legislação voltada às PcD, e Educação Especial na perspectiva inclusiva. Valemo-nos do aporte teórico-legal com base em Vygotsky (1988), Diniz (2007), Paulo Freire (2009), Sacristán (2010), Fiorin (2011), legislação específicas sobre os direitos das pessoas com deficiência dentre outros.

Enfatiza o quanto a Linguagem apresenta condições adaptativas que reduzem as barreiras comunicacionais e informacionais. Contudo, questiona se por que a mediação do conhecimento para as pessoas com deficiência ainda é incipiente.

Devido a estrutura educacional ter sido pensada com viés de uma educação interessada, ou seja, intencional, não favorece os usuários da Linguagem Adaptativa por diversos fatores: econômicos, culturais, sociais, profissionais, tecnológicos e religiosos.

Por se tratar de uma temática pouco discutida no Brasil, a Linguagem Adaptativa doravante L.A, necessita ocupar um lugar de destaque nos cerne da inclusão das pessoas com deficiência, visto que o ato de se comunicar ganha conotações conforme as exigências dos usuários da linguagem como um todo, contudo, nos casos das PcD adaptar a linguagem é imprescindível por que muitas delas dependem destas adaptações comunicativas para interagir com o mundo.

Assim, o conceito de linguagem adaptativa no âmbito da inclusão das pessoas com deficiência neste artigo, é apresentado no decorrer do texto, pois decorre da articulação entre linguagem, e atendimento educacional especializado, lançando mão de outras formas para comunicar, adentrando no campo das percepções coletivas e individuais mantendo preservado objetivo fundante da linguagem que é promover interação social. Conforme Fiorin (2011).

### **Linguagem adaptativa e o Atendimento Educacional Especializado: avanços e dilemas**

De acordo com Moreira (2009), a Teoria de Vygotsky, enfoca que o desenvolvimento humano se realiza a partir da interação social entre duas ou mais pessoas com a troca de ideias, experiências, construindo novas experiências e dando significado e, assim, ressignificando o contexto no qual estão envolvidas.

Vygotsky afirma que a linguagem é toda forma de manifestação humana, quando diz que ao balbuciar e chorar as crianças manifestam comunicação com o mundo e ainda que o pensamento verbal nos ajuda organizar a generalização e abstração do conhecimento através da linguagem.

Considerando a funcionalidade da linguagem infere-se que a mesma “ocupa” um universo multiforme na direção de sua concretude e abstração, portanto é adaptável, pois tem sua gênese em proporcionar condições comunicacionais e informacionais nas mais variadas maneiras no sentido de atender as necessidades interacionais da humanidade. Fiorin (2011).

Desta forma, acontece com as pessoas com deficiência principalmente por meio do atendimento educacional especializado doravante (AEE), posto que através de recursos e serviços estabelece adaptabilidades comunicativas que denota uma reconfiguração na linguagem a qual se “movimenta” em direção às necessidades de significar e ressignificar conceitos e práticas, sempre primando pela comunicação, ainda com base em Fiorin (2011).

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Conforme o decreto 7611/2011, O AEE deve ser ofertado aos educandos Público-alvo da Educação Especial em todos os níveis e modalidades de ensino, objetivando promover igualdade de condições com as demais pessoas, tendo em vista os direitos que a elas devem ser garantidos em consonância com suas necessidades adaptativas específicas. Assim, pontuamos algumas de suas finalidades:

Art. 3º, II. Promover condições de acesso participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes.

III. Garantir a transversalidade das ações da Educação Especial no ensino regular.

III. fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo e aprendizagem (BRASIL 2011).

A Educação especial tem o viés de atender as pessoas com deficiência através do AEE, e está respaldada em leis como a Constituição Federal de 1988, arts: 5º, 205, 206, 208. Os quais abordam sobre direitos, garantias, deveres e normas concernentes à pessoa humana. A lei nº 13.146/2015, (Estatuto da pessoa com deficiência; o Decreto nº 7.611 de 2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado; A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, nos art. 58 e 59, trata especificamente

sobre a Educação Especial; PNE, plano Nacional de Educação, pois designa os novos formatos da Educação Básica no Brasil.

É importante enfatizar que o AEE, é transversal e que a gestão político-educacional das esferas federal, estadual e municipal precisa trabalhar na perspectiva da educação inclusiva, tendo por base as leis que garantem os direitos do público alvo da Educação Especial

Para reforçar sobre o papel do AEE vejamos seu conceito:

O atendimento educacional especializado(AEE) é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (BRASIL, 2008).

Portanto, o atendimento educacional especializado, é toda flexibilização do currículo, toda ação adaptativa, seja linguística ou recursal para atender as especificidades do público alvo da Educação Especial,

Tomando por base o arcabouço de legislação sobre os direitos das PcD, podemos dizer que as intervenções do ponto de vista legal, vem avançando significativamente no Brasil, e muito contribui para que haja efetivação das políticas públicas afirmativas, como a reserva de cotas nas Universidades garantidas pela lei 13409 /2016.

No Brasil, o AEE só foi institucionalizado a partir da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL 2008) quando ganhou espaço físico nas escolas, porém já se fazia presente no âmbito educacional há muitos anos ainda que de forma menos notável. A exemplo disso, em 2002 quando a mencionada autora DV tinha suas atividades copiadas no caderno para baixa visão, pelos seus colegas de turma, ou ditadas pelo professor, e ainda nas aulas de ciências recebia áudio-descrição do espaço do jardim da escola e das plantas e noções gerais a respeito dos temas trabalhados. O que reafirma a importância da flexibilidade da linguagem na construção interacional para promoção de acessibilidade comunicacional.

Ratificando a interface Linguagem Adaptativa e Atendimento Educacional Especializado enfatizamos que o AEE pode ser trabalhado de forma diversificada por ser multifacetado, pois a linguagem adaptativa possibilita as adequações necessárias para que haja comunicação em todas as áreas do conhecimento e na vida cotidiana, Tendo em vista que as pessoas com deficiência podem acessar ao conhecimento igualmente as demais, porém por vias diferentes segundo os ensinamento de Vygotsky (1988) e (BRASIL 2011).

Nessa perspectiva, depreende-se que o AEE é o “canal” que materializa a linguagem adaptativa frente ao processo de inclusão tendo como ponto de chegada usuários potenciais na construção de seu aprendizado. Sendo agentes colaboradores na sistematização dos recursos e serviços de acessibilidade comunicacional como é o caso da L.A Esta sistematização pode ocorrer coletivamente ou individualizada.

Perceba que o Sistema Braille é um mecanismo de linguagem adaptativa do tipo

coletivo, visto que é aprendível da mesma forma quanto sua usualidade que é comunicação por meio de leitura e escrita, já se um professor definir junto a um estudante DV que não precisa ele escrever as atividades e avaliações em Braille por que raramente os docentes do ensino comum dominam este sistema adaptativo e por ser muito cansativo as quais serão discutidas oralmente, isto configura em flexibilização comunicativa de caráter individual, cujo objetivo é garantir acessibilidade curricular com vistas a atender as especificidades dos educandos com deficiência. (BRASIL 2011).

Em se tratando do ensino/aprendizagem/letramento dos discentes com necessidades educacionais específicas, há uma infinidade de recursos e serviços de Tecnologia Assistiva (T.A) como o Código Braille, o Soroban, letras ampliadas, leitura labial, gestos, escrita, diálogo, sons, imagens, áudio-descrição, materiais adaptados em alto relevo, formatos e cores os quais podem subsidiar o ensino/aprendizagem tanto dos estudantes comuns quanto dos alunos com necessidades adaptativas.

Estes métodos acessíveis são recursos e serviços do AEE que convertem-se em L.A, tendo em vista que o processo comunicacional permite múltiplas funcionalidades a certos artefatos tecnológicos a profissionais especializados, etc, assumindo aspectos multiformes na direção de sanar as “limitações interacionais é esta dinâmica na busca pelo significar e ressignificar coletiva ou individualmente que configura em L.A. da qual os docentes podem apropriarem-se para melhor atender não só o público alvo da Educação Especial, mas também toda turma. Galvão Filho (2009), Fiorin (2011), Nascimento (2016).

As condições acessibilizadoras como a L.A, o AEE, estratégias, métodos, técnicas ações práticas voluntárias que promovem acessibilidade curricular aos educandos PcD também podem otimizar as práticas educativas a todos os estudantes, trabalhadas em sala de aula numa perspectiva interativa, de colaboração e aprendizado interdisciplinar, tendo em vista que podem ser explorados por diversas frentes como: ensino de linguagens, educação inclusiva, história, cultura e sociedade etc.

Cabe salientar que o espaço escolar favorece significativamente ao desenvolvimento sócio interacional das pessoas em geral, e em se tratando das PcD ainda é mais intenso, levando em conta que para muitas delas, a escola é o único lugar que proporciona em certa medida relações sociais, mesmo que nem sempre agradáveis ou amigáveis, ainda assim, condiciona convívio social, tensões e contradições manifestadas em meio a interculturalidade e multiculturalidade, fatores constitutivos da realidade educacional. Sacristán (2010) e Camargo (2017)

Trazendo à baila que a escola é heterogênea, multicultural e dinâmica, não deve resumir suas práticas educativas apenas numa base curricular formal, pois é nas experiências diárias pautadas nas realidades vivenciadas e assistidas de perto pelos educadores e educandos, que surgem ações diversas recriando novos olhares e proporcionando reconstruções didático-pedagógicas que conduzem o verdadeiro currículo escolar inclusivo, pois busca adaptações, adequações, centradas nos alunos respeitando

suas especificidades. Freire (2009). E (BRASIL 2011)

A dinamicidade cotidiana nos ambientes educacionais, suscitam novos olhares, saberes e práticas educativas frente a diversidade que compõe as instituições de ensino, sendo a linguagem verbal e não verbal flexíveis e adaptáveis, se ajustando e se reconfigurando no sentido de viabilizar as inter-relações sociais, objetivando acessibilidade curricular aos discentes com deficiência, valendo-se fortemente do atendimento educacional especializado. Fiorin (2011) e Vygotsky (1988).

Vygotsky chama estas adequações no currículo escolar, reestruturação na forma de ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência, de oferta de condições iguais, por vias diferentes, assim, evidencia-se a relevância de viabilizar a estas pessoas um ensino acessível sem prejuízo no acesso às informações, no qual a comunicação seja essencialmente alcançada de forma plena.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2018 Na educação infantil elege o eixo brincar e interagir visando o desenvolvimento comunicacional e escrita das crianças, e assim, no ensino fundamental e médio busca de forma gradativa preparar os indivíduos para o exercício da plena cidadania, levando em conta uma escola democrática, participativa e integrada. Sendo as competências: mobilização do conhecimento, as habilidades, atitudes e valores adquiridos no processo de aprendizagens. Isto, condicionam uma formação cognitiva, emocional, crítica, científica e humana. Possibilitando resoluções de problemas reconstruções e transformações na vida cotidiana. Portanto, indissociáveis, pois a BNCC, fundamenta-se nestes grandes pilares, tanto na educação básica quanto na educação profissional e tecnológica. Consoante a CF/88 todos tem direito a Educação em condições iguais ainda que por vias diferentes justifica dizer que mesmo a BNCC não dispendo de diretrizes para o ensino do público-alvo da Educação Especial, estas proposições devem inclui-lo.

Falar de benesses ou malefícios da escola comum para as pessoas com deficiência, não se trata de difundir ideários políticos, e principalmente por meio da escrita, pois os pesquisadores devem considerar o lugar de fala destas pessoas que vivenciam o processo contínuo de ser ou não serem aceitas. Por essa razão, a autora um (1) deste artigo é pessoa com deficiência visual a qual entrou para o ensino comum desde 2002 e ainda segue atualmente no curso de mestrado em uma instituição federal.

Durante sua trajetória educacional, vem constatando as interfaces da linguagem adaptativa e o atendimento educacional especializado, cuja relação se completa nas PcD, a mesma faz uso destes recurso de L.A manifestada pelo AEE/Tecnologia Assistiva, Braille, Letras ampliadas, Leitores de textos e de fala, áudio-descrição, necessita do auxílio de monitoria, etc.

Destaca que entre a necessidade de utilização destes recursos e serviços de acessibilidade e o acesso, há um “abismo irresoluto” é aí que surge as fragilidades das políticas públicas afirmativas, os descasos institucionais, prejuízos aos discentes que são

elididos de seus direitos. A exemplo disso, a referida autora enfrenta estes obstáculos durante todo seu percurso educacional, sempre precisou de serviço de monitoria, nunca recebeu, os recursos tecnológicos como computador, celular, internet, somente a partir da graduação, isto por que pôde adquirir por recursos próprios.

Além disso, a oferta do AEE ocorre na maioria das escolas de forma superficial acarretando ineficácia na capacitação ao uso da Tecnologia Assistiva, no âmbito digital, isto se agrava bem mais, devido à precariedade dos sistemas educacionais e dificuldades financeiras por que passam as PcD, De acordo com Gurgel (2015) a maioria das pessoas com deficiência vivem em situação de vulnerabilidade social. Uma realidade que precisa ser mudada com ações inclusivas na escolarização, preparo para o mundo do trabalho e exercício da cidadania afim de garantir dignidade, respeito e oportunizar ambientes acessíveis CF/88 (BRASIL 2020).

A LDB 9394/96, estabelece bases curriculares comum para os ensinos fundamental, médio, e superior com vistas a uma educação vinculada com o mundo do trabalho na perspectiva de formar cidadãos com qualificação para o trabalho e agentes sociais capazes de viver em sociedade e proverem sua sobrevivência.

Um currículo inclusivo deve abranger todos os estudantes, respeitando suas especificidades, sejam de quaisquer natureza: biopsicossocial, culturais, econômicas, históricas e tecnológicas. O artigo 59 da LDB, garante que os sistemas de ensino assegurarão atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais currículos, métodos técnicas, recursos educativos e organização específica. LDB 9394/96 (BRASIL 1996), Diniz (2007) e Mantoan (2012).

Num cenário de sala de aula, comum, os estudantes sem deficiência corriqueiramente utilizam o caderno e a caneta para transcrever um texto proposto pelo professor no quadro de giz ou eletrônico, uma pessoa cega não teria sucesso com os recursos supra descritos, neste caso, necessita-se de intervenção de acessibilidade curricular, lançando mão de outras formas para “dizer” através de adaptações comunicativas como por exemplo alguém normovisual ditando o texto para a DV escrever em Braille, gravar em artefatos tecnológicos, digitar em computador, receber por e-mail para ouvi-lo no PC ou celular com leitores de texto, etc. Isto, configura em adaptabilidades na linguagem objetivando igualdade de condições às PcD.

A capacidade criativa da humanidade transcende o infinito se pensada e executada em favor apenas do bem, seríamos infalíveis. Veja que o mesmo texto exemplificado acima se reescrito por um aluno surdo, teria o caderno convencional e a caneta tal qual os demais alunos porque ele consegue reproduzir cópias perfeitas, ora, seu problema não é motor e nem visual. Por outro lado, ao se discutir este texto, o discente surdo precisa do auxílio do tradutor/intérprete de Libras (serviço do AEE), pois a imensa maioria das pessoas com surdez não dominam a língua portuguesa na modalidade escrita. Fernandes (2003).

Os estudantes com deficiência necessitam ser avaliados de forma multidimensional,

tendo em vista que precisa-se observar todo o contexto em que estão inseridos, para receberem adaptações personalizadas a atender suas especificidades com vistas ao desenvolvimento efetivo em todos os níveis e modalidades de ensino. LBI (2015).

Moretti (2018) afirma que é de grande relevância a implantação de Laboratórios de tecnologias assistivas nas Universidades e que estes funcionem em parcerias com diversos colaboradores que contribuam para prover acessibilidade às pessoas com deficiência, inclusive no âmbito da linguagem adaptativa para assim, romper as diversas barreiras existentes na sociedade.

Freitas & Castro (2018), corrobora com Moretti ao afirmar que o Ensino Tecnológico para pessoas com deficiência vem contribuindo de modo significativo, pois proporciona adaptabilidades, às suas diversas necessidades específicas. E chamam a atenção para os avanços das políticas de inclusão, todavia muitas ainda necessitam ser postas em prática, haja vista que os meios tecnológicos como é o caso da maioria dos sites ainda não possuem nenhum tipo de acessibilidade.

O fato dos educandos com deficiência terem sido designados a estudarem na escola comum, embora tardiamente, trata-se de um grande avanço político-cultural e educacional. Permitindo que estes sujeitos sociais, desenvolvam o senso crítico-reflexivo ampliando suas potencialidades e adquirindo habilidades, autonomia, emancipação financeira etc.

Sabe-se que o ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência ainda é um problema que tem ramificações em diversos fatores, o que culmina em barreiras, obstruindo o desenvolvimento destes indivíduos na sociedade.

A educação no Brasil prioriza os interesses hegemônicos internacionais, logo, com vieses interessados sustentados pelo poderio político-econômico. Assim sendo, adquiriu características seletivas que por sua vez, fortificam ainda mais a exclusão social. As pessoas com deficiência são subjugadas pelas ações capacitistas orquestradas pelo discurso da incapacidade produtiva, despesas excessivas, insucesso escolar dentre outros. Com isso, tal discurso ganha carácter alienante (conformação social) que segue oprimindo estes indivíduos que não atendem o padrão de corponormatividade preestabelecido na sociedade e Diniz (2007), Hypolito (2010).

Embora o processo de inclusão sinalize positivamente no sentido da emancipação das pessoas com deficiência, há diversos percalços a serem desconstruídos, as barreiras atitudinais são os piores deles, posto que dão origem aos demais e mesmo com os recursos adaptativos como linguagem, AEE, emponderamentos destas pessoas ainda existe uma longa e árdua luta para que os seus direitos sejam efetivados.

Barreiras atitudinais podem ser definidas como meios que dificultam o acesso de pessoas com deficiências a diferentes locais. Porém, não de forma a não existir acesso físico, mas sim, de existirem atitudes de preconceito ou de não-inclusão por parte das pessoas que frequentam os espaços. Essas atitudes podem ser conscientes ou não, derivadas de um preconceito explícito ou

não. O termo se relaciona com o conceito de Capacitismo, uma forma de preconceito contra as pessoas com deficiência em que se julgam incapazes ou que tem a necessidade de serem tuteladas por uma incapacidade de conviver ou realizar atividades. (NETTO 2017 p. 03).

Sendo as atitudes humanas o grande gargalo para o sucesso das práticas inclusivas, é viável perceber que além das dificuldades impostas por várias implicações devido a deficiência a sociedade insiste em perpetuar a cultura de minoração destas pessoas obstruindo seu desenvolvimento enquanto sujeitos sociais, segue negando-as e na maioria das vezes desrespeitando as leis que tem por finalidade lhes garantir uma vida cidadã.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante a diagnose da presente pesquisa, foi constatado que o sistema educacional ainda não proporciona um currículo acessível, adaptado e flexível. Fato que dificulta a plena participação das pessoas com deficiência em todos os ambientes da sociedade e, conseqüentemente, escolar.

Diante da análise bibliográfica, percebeu-se que ao longo da história, essas pessoas são marcadas por preconceito, discriminação e exclusão, contudo depois da criação de uma vasta legislação assegurando os seus direitos e criminalizando práticas agressivas e discriminatórias, avançamos positivamente no sentido da inclusão, porém, aquelas ações que eram explícitas passaram a ser veladas e silenciosas, mas sentidas. Para eliminar tais práticas faz-se necessária a intervenção mútua: Estado por meio das escolas, família no acompanhamento diário e sociedade. E que as pessoas com deficiência mobilizem-se e permaneçam lutando para que sejam efetivados seus direitos, com vistas a igualdade, equidade e dignidade, autonomia e respeito às diferenças.

Como fator preponderante dos avanços na direção de uma sociedade inclusiva, é perceptível o papel significativo da Linguagem Adaptativa na transformação social das pessoas com deficiência, a qual se completa nos sujeitos sociais com necessidades adaptativas tendo como objeto veiculador do processo comunicacional verbal e não verbal, o atendimento educacional especializado.

Embora o ensino /aprendizagem do público alvo da Educação Especial esteja em ascensão, os sistemas de ensino, educadores e sociedade precisam caminhar juntos com o propósito de eliminar as barreiras, principalmente atitudinais, comunicacionais e informacionais, assumindo uma recontextualização social que caminhe na direção do desenho universal e seja mais solidária e humanizada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação; Secretaria Executiva; Secretaria de Educação Básica; Conselho Nacional de Educação. Brasília 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 17 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da República. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015; 194º da Independência e 147º da República. Brasília, 28 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

CAMARGO, E. P. (2017). **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases.** Ciência e Educação, Bauru, v. 23, n. 1 Bauru Jan/Mar. 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=en&nrm=iso)> Acessado em: 17 de março de 2021.

Decreto legal o Decreto 7.611. DE 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento educacional especializado e dá outras providências. E considerando principalmente o Art. 3º, São objetivos do atendimento educacional especializado: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) Acessado em: 17 de março de 2021.

DINIZ, D. (2007). **O que é deficiência.** São Paulo, SP: Brasiliense.

FERNANDES, S. **Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios.** Curitiba, 2003, Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Paraná.

Ferreira Netto. L. R. (2018) **Barreiras Atitudinais. Site Info Escola.** Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/barreiras-atitudinais/>. Acessado em: 17 de março de 2021.

FIORIN, J. L. **Introdução à linguística.** 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa.** Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 2009. 36ª Edição.

FREITAS, C. G. de; DELOU, C. M.; CASTRO, H. C. **Ensino Tecnológico para Pessoas com Deficiência: a educação especial em um instituto federal de educação profissional, científica e tecnológica.** Novas Edições Acadêmicas. Instituto Fiocruz, 2018.

GALVÃO FILHO, T. A.; MIRANDA, T. G. **Tecnologia Assistiva e salas de recursos: análise crítica de um modelo.** In: GALVÃO FILHO, T. A. (Org.); MIRANDA, T. G. (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, p. 247-266, 2012

GARCIA, A.C. **Educação profissional no Brasil: origem e trajetória.** Revista Vozes dos Vales, UFVJM, Minas Gerais, Brasil – Nº 13 – Ano VII – 05/2018.

GUGEL, M. A. (2015). **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Ampid (Associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência)**. Disponível em [http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD\\_Historia.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php). Acesso em 05 março. 2021.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Políticas Curriculares, Estado e Regulação**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out-dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

MANTOAN, M. T. E. **Escola dos diferentes ou escolas das diferenças?** Com Ciência (UNICAMP), v. 1, p. 1-3, 2012. Disponível em: < file:///C:/Users/UFAC/Downloads/Escola-dos-diferentes-ou-escolas-das-diferen%C3%A7as\_Maria-Teresa-Mantoan .pdf >. Acesso em: 18 de agosto de 2020.

MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008.

NASCIMENTO, Anna Christina Martins. **Práticas Pedagógicas para Alunos com Deficiência Visual – Aporte Teórico Sobre como Trabalhar com Deficientes Visuais no Contexto Educacional**. Universidade Federal do Semiárido Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social. ISSN 2359-5566. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/includere> . Acesso: 08 de março de 2020.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Editora Penso. Cap. 1. Pág. 15. 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alunos 6, 7, 8, 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 34, 49, 51, 52, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 93, 94, 96, 100, 104, 105, 106, 107, 109, 113, 114, 117, 118, 119, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 140, 141, 157, 158, 159, 160, 163, 170, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 259, 273, 274, 275, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 287, 293, 294, 298, 299, 301, 302, 303, 309, 310, 311, 312, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 326

Avaliação 6, 8, 4, 7, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 49, 51, 103, 119, 120, 121, 123, 146, 153, 155, 159, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 205, 207, 215, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 239, 252, 275, 284, 285, 294, 304, 308

Avaliação Diagnóstica 8, 4, 177, 179, 183, 184, 185, 187

Avaliação Escolar 8, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 189, 190, 191

### C

Currículo 20, 23, 27, 46, 47, 56, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 104, 106, 111, 182, 183, 189, 192, 194, 196, 197, 202, 208, 211, 217, 274, 309, 310, 320, 321, 324, 325, 326

### D

Deficiência Intelectual 7, 83, 114, 125, 127, 129, 202, 244, 303

Desigualdades Educacionais 9, 233, 238

Diferença 6, 11, 19, 23, 25, 27, 28, 32, 37, 38, 57, 118, 173, 179, 194, 225, 227, 228, 229, 236, 238, 262, 325, 332

Direitos Humanos 9, 123, 145, 166, 201, 208, 260, 261, 264, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 277, 326, 334

Direito social 6, 40, 47, 48, 268

### E

Educação Básica 1, 2, 11, 13, 40, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 64, 79, 80, 86, 87, 93, 95, 98, 114, 117, 118, 122, 177, 179, 180, 181, 188, 244, 274, 306, 320, 328, 334

Educação de órfãos 6, 65, 70, 75

Educação Inclusiva 6, 9, 18, 23, 26, 28, 39, 51, 55, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 90, 93, 94, 99, 100, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 132, 167, 171, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 214, 215, 216, 217, 230, 232, 244, 246, 259, 273, 274, 278, 302, 304, 305, 307, 312, 314, 315, 320, 325

Educação Infantil 9, 22, 48, 49, 50, 83, 87, 88, 95, 140, 179, 233, 237, 241, 242, 246, 247, 254, 302, 318

Enem 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Ensino Híbrido 4, 11

Ensino Superior 7, 10, 3, 28, 30, 31, 45, 46, 51, 52, 112, 113, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 191, 202, 209, 212, 232, 259, 265, 287, 288, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 320, 321, 322

Escola Pública 7, 3, 10, 42, 101, 108, 157, 246, 247, 274, 275

Escolas Comuns 6, 15, 199

Estabelecimentos Prisionais 208, 211

## I

Instrumentos Avaliativos 6, 15, 16, 19, 23, 25

## L

Legislação 10, 17, 41, 42, 49, 66, 74, 79, 90, 91, 93, 98, 110, 118, 160, 163, 168, 232, 260, 279, 281, 298, 302, 314, 322

Linguagem Adaptativa 7, 90, 91, 93, 95, 97, 98

## M

Materiais Didáticos 9, 199, 214, 217, 225, 226, 227, 230

Mediação 9, 11, 26, 27, 36, 82, 91, 108, 111, 123, 124, 157, 158, 161, 163, 165, 188, 201, 244, 246, 247, 248, 249, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 282, 290, 299, 304

## P

Perspectiva Histórico-Cultural 7, 125, 128, 129, 130, 131

Pessoa com Deficiência 6, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 90, 91, 92, 95, 100, 119, 120, 121, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 176, 230, 274, 279, 302, 304, 311, 312, 316, 318, 326

Processo de aprendizagem 6, 11, 15, 16, 17, 18, 84, 179, 185, 187, 200, 233, 234, 244

Processo de Inclusão 7, 9, 18, 30, 33, 86, 90, 91, 93, 97, 114, 172, 201, 202, 244, 273, 281, 309, 314, 315, 322

Produção de conhecimento 9, 58, 145, 148, 280, 281, 287, 298

Proteção Escolar 8, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

## R

Recursos Multifuncionais 9, 199, 200, 201, 202, 273, 275, 278

## S

Sala de Recursos 8, 9, 190, 191, 194, 199, 200, 201, 202, 273, 274, 275, 278, 279, 328, 329, 332

Saúde mental 7, 31, 133, 134, 137, 139, 142, 143

Sexualidade 5, 7, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 299, 334

Síndrome de Asperger 9, 89, 244, 246, 247, 248, 255, 258, 259, 304, 311

Síndrome de Down 10, 314, 315, 321, 322, 324, 325, 326

Surdos 6, 9, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 99, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 280, 281, 284, 287, 291, 294, 298, 299, 300, 319

## **T**

Transgressão 7, 28, 30, 133, 135, 142

Transtorno do Espectro Autista 7, 10, 78, 83, 86, 87, 167, 176, 244, 248, 274, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 312

Tutelados 6, 65, 66, 67, 69, 70, 75

Tutores 6, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 75, 76

## **V**

Vygotsky 36, 39, 83, 89, 91, 92, 93, 95, 100, 176, 258, 259, 313

# EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)